A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA EDUCACIONAL NO BRASIL: A CONTRIBUIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Painel: A idiossincrasia e a diversidade dos acervos de interesse ao campo educativo: espaços de preservação, estudo e divulgação.

Eje N°3: Historiografía y acervos en el campo de la Educación.

Coordenação: Maria Cristina Menezes

mcris@unicamp.br

Universidade Estadual de Campinas/Brasil

Comentarista: Pablo Álvarez Domínguez

pabloalvarez@us.es

Universidad Sevilla/España

Carmen Sylvia Vidigal Moraes

moraescs@usp.br

Universidade de São Paulo

Maria Lucia Mendes de Carvalho

marialuciamcarvalho@hotmail.com/ www.memorias.cpscetec.com.br

Centro Paula Souza

Resumo

Os arquivos escolares têm adquirido importância crescente, tornando-se objeto de convergências e divergências entre as instituições educacionais e a administração pública. De um lado, as instituições acadêmicas vêm chamando a atenção, nos últimos 30 anos, para a urgência do retorno às fontes primárias na escrita da história da educação. De outro lado, o elogio à memória histórica que vicejou nos meios intelectuais dos anos 80, acabou repercutindo na administração pública. O Centro de Memória da Educação - CME, criado em 1994 por iniciativa de professores da Faculdade de Educação da USP, vem se preocupando com a produção de instrumentos de pesquisa para a escrita da história da educação brasileira. Nessa perspectiva, desenvolve linhas de pesquisa que apresentam, entre seus objetivos, o mapeamento e a referenciação de arquivos, acervos bibliográficos e museológicos espalhados pelo Estado de São Paulo. Entres esses trabalhos, no que diz respeito a arquivos escolares, destacou-se a pesquisa realizada em parceria com o Centro Paula Souza - CPS que levantou, organizou e disponibilizou fontes documentais pertencentes às oito escolas técnicas mais antigas do estado de São Paulo. O projeto, que contou com o apoio da FAPESP, tem a comunidade escolar como protagonista, por meio da formação de alunos e professores nas técnicas básicas de conservação preventiva, arranjo documental. Ao longo dos últimos 20 anos, muitas outras pesquisas foram organizadas. No CME, cabe destacar o projeto "Material didático para a preservação do patrimônio público documental paulista", também financiado pela FAPESP. Por meio desse projeto, as 182 escolas públicas mais antigas do estado de São Paulo foram visitadas e dados levantados, para sugerir diagnóstico e prioridades de intervenção. Quanto ao CPS, a consolidação do programa de "capacitação continuada em serviço" e a participação ampliada de professores em projetos propiciaram a realização de jornadas e encontros de pesquisa, e a criação do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional – GEPEMHEP, no CNPq, com publicações anuais das pesquisas realizadas. Um dos graves problemas levantados consiste na ausência de uma política pública de preservação dos documentos escolares. Com essas preocupações, e a partir das experiências do CME- FEUSP e do GEPEMHEP- Centro Paula Souza, a apresentação propõe refletir sobre a relação entre pesquisa realizada nas instituições de ensino e a formulação e desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a preservação do patrimônio público e da memória educacional. Está organizada em duas partes complementares. A primeira toma como base as atividades de pesquisa desenvolvidas no CME-FEUSP e no CPS, discutindo os desafios teóricos e de método encontrados nas diferentes trajetórias investigativas, bem como algumas sugestões para enfrentá-los e superá-los. Na segunda parte, são analisadas as normas legais e iniciativas do poder público federal e estadual ligadas à preservação dos arquivos educacionais, problematizando-se, ao mesmo tempo, a importância das atividades acadêmicas como impulsionadoras de ações governamentais e da pesquisa em história da educação.

Palavras-chave: História da Educação. Centro de Memória. Patrimônio Histórico Educativo.

Introdução

Os arquivos escolares têm adquirido importância crescente, tornando-se objeto de convergências e divergências entre as instituições educacionais (em particular, as universidades) e a administração pública. De um lado, as instituições acadêmicas vêm chamando a atenção, nos últimos 30 anos, para a urgência do retorno às fontes primárias na escrita da história da educação. De outro lado, o elogio à memória histórica que vicejou nos meios intelectuais dos anos 80, acabou repercutindo na administração pública.

No Brasil, o recolhimento de documentos da administração pública e da família imperial, já constava na Constituição de 1824[1]. Mas a criação de um sistema para gestão documental, as primeiras articulações na esfera pública, em São Paulo, aconteceram durante a gestão do governador Franco Montoro, quando este criou a "Comissão Especial de Estudos para Organizar o SAESP- Sistema de arquivos do Estado de São Paulo – 1983-84", e que por decreto estadual n. 22789, de 19 de outubro de 1984, institui o SAESP. Desde então, políticas públicas de arquivos e de gestão documental têm sido discutidas e implantadas nas secretarias de estado, com a liderança Ieda Pimenta Bernardes[2], do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Porém, foi a partir da Constituição de 1988, com a inclusão do artigo 216, definindo que "constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]", e a promulgação do Decreto Federal n. 8159/1991, regulamentando a "Gestão de Documentos e Acesso à Informação", que projetos foram elaborados com essa finalidade, envolvendo profissionais de arquivos públicos, acadêmicos, e políticos na discussão de políticas públicas de arquivos.

O Centro de Memória da Educação - CME, criado em 1994 por iniciativa de professores da Faculdade de Educação da USP, vem se preocupando com a produção de instrumentos de pesquisa para a escrita da história da educação brasileira. Nessa perspectiva, desenvolvem linhas de pesquisa que apresentam, entre seus objetivos, o mapeamento e referenciação de arquivos, acervos bibliográficos e museológicos espalhados pelo Estado de São Paulo. Entre

[1] Paulo Roberto Elian dos Santos. UMA VIDA ENTRE ARQUIVOS E BIBLIOTECAS. Entrevista com Nilza Teixeira Soares. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, volume 29, n. 2, jul./dez. 2016, p. 203- 220. http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/693/724 Acesso em 20 jul. 2017.
[2] Maria Elisa Pereira. Gestão Documental na Trajetória do SAESP. Depoimento de Ieda Pimenta Bernardes. *Revista do Arquivo* 03, 2016. http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/03/vitrine_04.php#inicio_artigo. Acesso em 11 ago.2017.

esses trabalhos, no que diz respeito a arquivos escolares, destacou-se a pesquisa realizada em parceria com o Centro Paula Souza que levantou, organizou e disponibilizou fontes documentais pertencentes às oito escolas técnicas mais antigas do estado de São Paulo. Ao longo dos últimos 20 anos, muitas outras pesquisas foram organizadas.

Este trabalho está organizado em duas partes complementares. A primeira toma como base as atividades de pesquisa desenvolvidas no CME-FEUSP e no CPS, discutindo os desafios teóricos e de método encontrados nas diferentes trajetórias investigativas, bem como algumas sugestões para enfrentá-los e superá-los. A segunda parte analisa as normas legais e iniciativas do poder público federal e estadual ligadas à preservação dos arquivos educacionais, problematizando, ao mesmo tempo, a importância das atividades acadêmicas como impulsionadoras de ações governamentais e da pesquisa em história da educação.

Preservação da Memória e da História da Educação: Grupos de pesquisas institucionais e Rede Iberoamericana de Investigação e a Difusão do Patrimônio Histórico-Educativo

A revitalização para a preservação da memória institucional da educação profissional no Centro Paula Souza surgiu com a pesquisa da Dra. Carmen Silvia Vidigal com a bolsista Rita de Cássia Bonadio Inácio, a partir dos arquivos escolares envolvendo oito escolas técnicas mais antigas do estado de São Paulo, no período de 1992 a 1996. Esses arquivos encontravam se em precária situação de dispersão, perdas de documentos e necessidades urgentes de integrar esses acervos com a pesquisa e a comunidade escolar (ALVES, 1998, p.32-3). Nesse período, um novo espaço para preservação da memória e história da educação foi articulado em São Paulo. Segundo Souza, Moraes e Zaia (2011):

> O Centro de Memória da Educação foi criado em 1994, por iniciativa de professoras da Faculdade de Educação da USP, preocupadas com a produção de instrumentos de pesquisa para a escrita da história da educação brasileira. Nessa perspectiva, procuraram desenvolver linhas de pesquisa que apresentassem, entre seus objetivos, o mapeamento e referenciação de arquivos, acervos bibliográficos e museológicos espalhados pelo Estado de São Paulo. Entre essas pesquisas, no que diz respeito a arquivos escolares, destacou-se a de 1997, realizada em parceria com o Centro Paula Souza (autarquia responsável pelas escolas técnicas estaduais) que levantou, organizou e disponibilizou fontes documentais pertencentes às oito escolas técnicas mais antigas do Estado de São Paulo. O projeto contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e trouxe, como objetivo, a organização dos arquivos na própria escola, tendo a comunidade

> escolar como protagonista, através da formação de alunos e professores nas técnicas (p. 388)

Alves (1998, p. 32) relatou que o projeto "Historiografia das Mais Antigas Escolas Técnicas do Estado de São Paulo", coordenado na Unidade de Ensino Médio e Técnico do Centro Paula Souza (Cetec), em 1997, foi realizado envolvendo onze escolas técnicas que começaram a funcionar nas décadas de 1910 a 1930, com assessoria do CME-FEUSP, objetivando recuperar, catalogar e informatizar documentos de fontes primárias.

Entre 1998 e 2002, com apoio financeiro da FAPESP, e sob a coordenação das professoras Carmen Sylvia Vidigal Moraes (FEUSP) e Julia Falivene Alves (Cetec/CPS), foi realizado o projeto pioneiro "Pesquisa sobre o ensino público no Estado de São Paulo: memória institucional e transformações histórico-espaciais ou Historiografia das Escolas Técnicas Estaduais mais antigas do Estado de São Paulo", com o qual criaram oito Centros de Memória em escolas técnicas do Centro Paula Souza: dois em São Paulo, Amparo, Campinas, Franca, Jacareí, Santos e Sorocaba.

Moraes e Zaia (2013) descreveram, em capítulo de livro sobre arquivos escolares e pesquisa histórica, todo o processo de implantação desses centros de memória e os produtos gerados (MORAES e ALVES, 2002a e 2002b) com apoio institucional e da FAPESP. Segundo essas pesquisadoras,

> A dimensão de lugar memória foi e é ainda uma questão nevrálgica nos estabelecimentos públicos de ensino. No caso das escolas técnicas paulistas, os seus acervos documentais encontravam-se, na época, em situação precária, o que exigiu providências urgentes no sentido do envolvimento das escolas e de sua administração com a questão da construção/ preservação da memória institucional. O trabalho conjunto entre universidade e escola pública visou promover o encontro entre pesquisa e atividade pedagógica por meio da integração dos diferentes agentes das práticas escolares na produção do conhecimento histórico. O envolvimento de alunos, professores, funcionários e comunidade local com a história da instituição escolar, da qual são sujeitos, possibilitou oportunidades de reflexão sobre as relações entre memória e história, e contribuiu para ações efetivas de solidariedade, de valorização de experiências humanas acumuladas, subsídio à implementação de programas e projetos educacionais culturais e científicos que visem à melhoria das condições e da qualidade do ensino. (p. 54-55)

Com o encerramento do projeto CME-FEUSP/FAPESP, Julia Falivene Alves contando com o programa de "capacitação continuada em serviço" na Unidade de Ensino Médio e Técnico do Centro Paula Souza, propôs projetos anuais envolvendo professores e estudantes

atuando nos Centros de Memória, entre 2003 e 2007. Dentre esses, o projeto "Organização de Arquivos Correntes e Gestão da Informação" envolvendo funcionários das secretarias acadêmicas de escolas técnicas da instituição, em 2004, a fim de elaborarem a tabela de temporalidade de documentos de atividade-fim. Infelizmente, o prazo de dois anos não foi suficiente para concluir o projeto que ficou interrompido. Recentemente está sendo retomado, devido a integração do Centro Paula Souza ao SPdoc (Sistema Informatizado Unificado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações do Governo do Estado de São Paulo).

No CME-FEUSP, cabe destacar o projeto "Material didático para a preservação do patrimônio público documental paulista", também financiado pela FAPESP, realizado entre 2007 e 2009, e coordenado pela Dra. Maria Cecília Cortez C. de Souza. Segundo as pesquisadoras Souza, Moraes e Zaia (2011):

> Por meio desse projeto, as 182 escolas públicas mais antigas do Estado de São Paulo foram visitadas. A proposta não objetivou a realização de uma intervenção imediata, mas sim, a partir dos dados levantados, sugerir diagnóstico e prioridades de intervenção. Como critérios foram considerados principalmente, em cada escola, a quantidade e qualidade de material acumulado e a fragilidade de seu suporte. Para tanto, foram levadas em consideração observações sobre o edifício escolar, seu arquivo permanente, seu mobiliário, utensílios pedagógicos e sua biblioteca, além de sobreviventes mais antigos entre professores, alunos e funcionários. Muitas dessas escolas, principalmente nas cidades do interior do estado, ainda ocupam prédios originais. [..] A repercussão do projeto propiciou o estreitamento das relações entre o CME/FEUSP e os órgãos do estado relacionados com a educação e com arquivos históricos. Uma das iniciativas mais urgentes e promissoras, e que seria o primeiro passo para criar uma normatização do descarte e conservação dos documentos escolares, foi a ideia de formar uma comissão constituída por representantes do Arquivo do Estado, Secretaria Estadual da Educação, Centro de Referência do Professor Mário Covas, e centros de memória das diferentes universidades públicas e particulares paulistas para a elaboração de uma tabela de temporalidade, indispensável para a constituição dos acervos documentais educacionais. A esse respeito é importante enfatizar que, no âmbito público, ressente-se da ausência de uma legislação que regulamente a guarda das fontes documentais nas instituições educacionais, situação que tem sido denunciada de modo recorrente. (p.389)

Souza, Moraes e Zaia (2011, p.386) relatam que a preocupação de acadêmicos com os arquivos escolares para a pesquisa em História da Educação fez surgiu o Grupo de Trabalho de História da Educação na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Educação/ANPED, em 1989, e que "a luta pela preservação documental e pelo acesso às fontes da história da educação foi então apontada diretriz de ação a ser desencadeada pelos

pesquisadores e suas associações, tendo, como um de seus mais significativos resultados, a conquista de políticas públicas de documentação e informação.".

Sobre as novas fontes para o estudo do ensino técnico no Estado de São Paulo e o trato documental nos arquivos escolares, Moraes e Zaia (2013) relataram que:

> Em 2008, surge nova iniciativa do Centro Paula Souza para impulsionar as atividades em desenvolvimento nos Centros de Memória das escolas técnicas: o Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional, constituído por professores das unidades de ensino. Com a finalidade de levantar, analisar e divulgar informações de estudos e pesquisas a respeito das origens de escolas técnicas nos municípios, da organização dos currículos de cursos técnicos e tecnológicos, das práticas escolares e pedagógicas, da cultura escolar e das políticas de educação e saúde no ensino profissional (CARVALHO, 2011, p. 9), este grupo organiza, a partir de 2009, encontros anuais de Memórias e História da Educação Profissional. O resultado do investimento foi a organização e publicação de um livro, em 2011, que reúne 18 artigos de pesquisas realizadas nas Escolas Técnicas, nas Faculdades de Tecnologia e na Academia por docentes que tratam de questões relacionadas às políticas de educação profissional, à organização institucional e à elaboração de currículos de cursos técnicos e tecnológicos. O livro Culturas, saberes e práticas: memória e história da educação profissional, organizado pela pesquisadora Maria Lucia Mendes de Carvalho, representa uma grande vitória para nós, pois é um excelente desdobramento do projeto aqui apresentado, indicando as linhas de sua continuidade, sinalizando a sua importância na instituição e, sobretudo, na luta cotidiana pela construção de uma educação de qualidade no sistema público de ensino (p.59).

Em 2012, o Grupo de Estudos e Pesquisas de História da Educação, Cultura Escolar e Cidadania - CIVILIS/FE/UNICAMP, organizou o "I Simpósio Iberoamericano: História, Educação, Patrimônio Educativo", em Campinas, entre 28 e 30 de maio, que aconteceu no âmbito das temáticas da Rede Iberoamericana para a Investigação e a Difusão do Patrimônio Histórico Educativo – RIDPHE, coordenada pela Dra. Maria Cristina Menezes, que organiza encontros anuais com seus membros. Nesses simpósios participam professores e pesquisadores que atuam com história da educação, tornando-se um espaço de interlocução para discutir os desafios teóricos e de métodos empregados nas diferentes trajetórias investigativas, com sugestões para adaptações, enfrentamentos e superações, a fim de preservar e salvaguardar o patrimônio histórico educativo. A partir desse evento, alguns professores do GEPEMHEP- Centro Paula Souza, tornaram-se membros da RIDPHE, e passaram a incluir em suas pesquisas o conceito do Patrimônio Histórico Educativo. Segundo Viñao Frago, que é membro da RIDPHE,

> La primera reflexión, de índole general y ya abordada en otros trabajos anteriores, versa sobre la naturaleza de nuestra actividad como historiadores del patrimonio educativo. Es obvio que, salvo algún caso excepcional, no somos coleccionistas, aunque tengamos algo de ello cuando nos preocupamos por disponer de colecciones de objetos o historias de vida lo más completas y significativas posible. Tampoco somos, por lo general, museólogos o archivistas, aunque, en este caso, tengamos bastante de ello siquiera como valor forzosamente añadido. No en balde una de nuestras funciones, ―necesaria para el estudio del patrimonio educativo―, es la de protegerlo y preservarlo preocupándonos por su protección. (p. 221-22)[3]

Quanto ao CPS, a consolidação do programa de "capacitação continuada em serviço", a partir de 2009, propiciou a criação e organização dos Clubes de Memórias[4] como ações educativas, que ampliaram a participação de professores em projetos de estudos e pesquisas sobre "Memórias e História da Educação Profissional" na Unidade de Ensino Médio e Técnico- Cetec, criando novos centros de memória; e a parceria com a Unidade de Pós-graduação que gerou o registro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional – GEPEMHEP, no CNPq, em 2014; propiciando a participação de outras instituições nas jornadas e nos encontros de pesquisa promovidos pelo Centro Paula Souza, com publicações anuais.

As pesquisas indicam que, apesar dos esforços realizados, a cada dia o patrimônio escolar sofre novas perdas. Um dos graves problemas consiste na ausência de uma política pública de preservação dos documentos escolares. Com essas preocupações e a partir das experiências do CME- FEUSP e do GEPEMHEP- Centro Paula Souza, a apresentação propõe refletir sobre a relação entre pesquisa realizada nas instituições de ensino e a formulação e desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a preservação do patrimônio público e da memória educacional.

As políticas brasileiras e paulista sobre arquivos e arquivos escolares

Para compreender antecedentes históricos das políticas sobre arquivos escolares no Brasil, Souza, Moraes e Zaia (2011) fizeram retrospectiva do Manifesto dos Pioneiros da Escola

[3] Antonio Viñao Frago, "El MUVHE y CEME como pre-texto: reflexiones sobre la protección, conservación, estudio y difusión del patrimonio histórico-educativo," in *Desafios Iberoamericanos: O Patrimônio Histórico-Educativo em Rede*, org. Maria C. Menezes (Campinas: CIVILIS/UNICAMP-RIDPHE-CME/USP, 2016), 209-28.

[4] Maria Lucia M. de Carvalho. Patrimônio Artístico, Histórico e Tecnológico na Educação Profissional: práticas para a preservação e a construção de Centros de Memória do Centro Paula Souza. In: *III Seminário Internacional Cultura Material e Patrimônio da C&T*, promovido pelo Museu de Ciências e Tecnologia – MAST, no Rio de Janeiro, em 2014, p. 188-208.

Nova, de 1932, a "os anos de ouro" da educação brasileira na década de 1950 destacando a figura de Anísio Teixeira, e a importância da criação do INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Sob a direção de Lourenço Filho: "o instituto empreendeu estudos sobre a história das instituições educativas e sobre a evolução da bibliografia pedagógica brasileira", e que ocorreram entre as décadas de 1930 a 1950. Nesse artigo, as pesquisadoras trazem informações relevantes sobre o processo de implantação do INEP, enquanto instituto público para pesquisa em educação nacional. Quanto às décadas posteriores a 1960, Souza, Moraes e Zaia (2011) relatam que,

> A esse respeito é importante enfatizar que, no âmbito público, ressente-se da ausência de uma legislação que regulamente a guarda das fontes documentais nas instituições educacionais, situação que tem sido denunciada de modo recorrente. No Brasil, a jurisprudência sobre a incineração de documentos escolares apareceu apenas em 1962, quando foi publicada a Portaria n° 200 (22/01/1962-MEC/DEM), que autorizou a redução do volume dos arquivos escolares determinando o expurgo de papéis considerados de valor transitório e inúteis, e a conservação e organização de outros documentos considerados essenciais como valor de prova do estado e/ou defesa dos direitos do funcionário ou ex-aluno da escola. Nas instruções publicadas junto com esta portaria (Instrução n° 1, /01/1962-MEC/DEM), em seu item n° 12, é apresentada a compreensão que se possuía, na época, sobre o conjunto de documentos enquadrados na categoria de documentação essencial. Nele constavam os seguintes documentos: *atas gerais de exames de admissão*, ou seja, livros em que era possível encontrar as notas, por disciplina, que os alunos conseguiram atingir para que pudessem cursar o ginásio. Também, atas de exames de segunda época, de exames especiais, revalidação, adaptação, fichas de transferência, notas e demais documentos que registram notas. No item 15 dessa portaria declara-se que os documentos não essenciais deveriam ser incinerados. A legislação posterior (pareceres n° 214/67; n° 16, de 27/01/1976; e o 1978, apoiado no Decreto n° 64.398, de 20/04/1969, que regulamenta a Lei n° 5.433, de 08/05/1968) trata de regulamentar os procedimentos de eliminação (incineração) de documentos "essenciais", mediante a substituição da guarda e conservação dos papéis originais por microfilmes. A microfilmagem autorizada pelo MEC compreende a documentação dos três poderes, inclusive a administração indireta, no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios, bem como os documentos particulares de qualquer espécie, de pessoas naturais ou jurídicas. Na mesma direção das demais, a Resolução de 04/11/1997 definiu que o arquivamento dos documentos escolares observaria as seguintes modalidades: o próprio documento no original ou em fotocópia autenticada; microfilme; e disquete ou CD ROM obtido por sistema computadorizado. Ao analisar esses pareceres, resoluções, indicações e decretos, verifica-se que as normas existentes baseiam-se apenas no valor probatório dos documentos e que o valor informativo e/ou histórico, no que se refere ao seu uso científico e cultural, raramente é considerado. (p.389-390)

Quanto ao CME-FEUSP, a pesquisadora Iomar Zaia em sua tese de doutoramento[5], examinou material derivado de congressos e seminários nacionais e internacionais, constatando a preocupação de centros de pesquisa em história da educação brasileira com a preservação de arquivos escolares (SOUZA, MORAES e ZAIA, 2011, p. 387-8),

> [...] Significativa parcela das pesquisas em história da educação brasileira está hoje voltada para a exploração de fontes primárias, estimulada pela renovação dos paradigmas de pesquisa dentro desse campo. Tratam-se de pesquisas preocupadas, portanto, com a salvaguarda e organização dos arquivos escolares bem como com a preservação material dos papéis neles reunidos na qualidade de documentos pedagógicos e administrativos. Esse cuidado tem se manifestado, segundo a pesquisadora, tanto em relação a iniciativas de preservação e organização desses arquivos como atividade-fim, quanto na instrumentalização imediata desses arquivos como fontes de pesquisa sobre a instituição escolar que o guarda. Simultaneamente, assiste-se, particularmente a partir do ano de 2009, a uma série de manifestações de interesse por parte dos órgãos públicos pelo patrimônio escolar, entendido como acervo que inclui, além da documentação em papel e em outros suportes, dos arquivos, peças museológicas, como o mobiliário escolar, os materiais didáticos e pedagógicos, os livros que compunham antigas bibliotecas, as próprias edificações escolares etc. [...] Zaia assinala que muito frequentemente a preocupação com arquivos aparece subordinada à escrita da história e da memória das instituições escolares. O maior peso recai, assim, sobre as instituições públicas presentes na memória social e também nas escolas confessionais ou particulares que guardam ou pretendem criar sua própria tradição. Além disso, a autora observa que muitos dos estudos ligados aos arquivos escolares aparecem centrados em biografias de educadores ou relacionados com a história da profissão docente.

Quanto ao Centro Paula Souza, para dar continuidade ao projeto de Historiografia na Cetec, a partir de novembro de 2008, a professora Maria Lucia Mendes de Carvalho organizou o "I Encontro de Memórias e História da Educação Profissional", a fim de revitalizar os Centros de Memória, criados com o apoio da FAPESP, tendo a comunidade escolar como protagonista. Os professores participantes nesse evento decidiram criar o GEPEMHEP e, a partir desse ano, o projeto recebeu nova denominação "Memórias e História da Educação Profissional". No ano seguinte, a coordenadora Maria Lucia M. Carvalho criou os Clubes de Memórias para capacitação de professores, com três eventos anuais, e os encontros temáticos, a cada dois anos. A decisão da coordenadora de projeto, de priorizar estudos e pesquisas nos arquivos escolares para a difusão de práticas escolares e pedagógicas

[5] Iomar B. Zaia. *Escrituração escolar: produção, organização e movimentação de papéis nas escolas públicas paulistas.* 2010. 613 f. Tese de doutorado em Educação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 17-18. (SOUZA, MORAES e ZAIA, 2011, p. 387)

está relacionada com a proposta inicial do projeto de Historiografia. Segundo Moraes e Alves (2002a, p. 35),

> Os arquivos escolares portam os mesmos desafios: gerar condições materiais de sobrevivência da documentação, higienizando e acondicionando apropriadamente os documentos; evitar o esquecimento das ações passadas, referenciando adequadamente a massa documental e elaborando instrumentos de pesquisa, com este repertório; e dar sentido (intelectual e afetivo) ao presente, constituindo práticas que permitam a percepção de sua semelhança e diferença ao ontem.

Por meio de projetos anuais relacionados às "Memórias e História da Educação Profissional", propostos por professores da rede de escolas técnicas do Centro Paula Souza, com apoio institucional de 5 a 10 horas semanas, e aprovados pela Cetec, incentivou-se estudos e pesquisas nos Centros de Memória, em atividade[6], e o surgimento de acervos escolares para novos centros de memória. As publicações desses encontros (CARVALHO, 2011, 2013, 2015, 2017) parte são de professores que realizam esses projetos, parte são professores-pesquisadores voluntários, e parte é de outras instituições que atuam com história da educação profissional. No Centro Paula Souza, desde 2006, o regimento comum das escolas técnicas[7], traz um artigo referente à memória e a história da educação e da instituição descrito a seguir:

> Artigo 108 - Os documentos produzidos, recebidos e acumulados no exercício das funções e atividades públicas das ETEs serão preservados, selecionados, e, conservados, segundo normas e procedimentos técnicos, atendida a legislação, com objetivos de: I - assegurar e facilitar o acesso à informação para a comunidade interna e externa; II - promover maior eficiência da administração e melhor atendimento ao público; e III - constituir e preservar a memória e a história da educação e da instituição.

A inclusão desse artigo, no regimento comum das escolas técnicas, contribui para alertar a comunidade escolar sobre a importância dos arquivos escolares. Assim como, a necessidade de proporem projetos de estudo e pesquisa sobre a história da educação profissional,

[6] Maria Lucia M de Carvalho informa que a cada quatro anos, ocorrem mudanças de direção nas escolas técnicas, espaços podem ser criados ou transformados na arquitetura escolar em função da decisão desses gestores. Dessa forma, alguns dos oito Centros de Memória perderam espaços, o que aumenta o risco de perda do patrimônio histórico educativo e do patrimônio cultural da ciência e tecnologia na educação profissional. Por isso a necessidade de políticas públicas de preservação de arquivos escolares, com legislação que proteja essa documentação. Segundo a autora, é preciso institucionalizar o Centro de Memória no organograma escolar a fim de preservar os arquivos permanentes (arquivístico, bibliográfico e museológico) para professores e pesquisadores da história da educação profissional.

[7] Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, de <http://www.portal.cps.sp.gov.br/etec/regimento-comum/regimento-comum-2013.pdf> Acesso em 21 dez. 2017.

incluindo-os nos planos plurianuais de gestão das escolas técnicas. Mas não é suficiente em função da falta de políticas públicas para preservar os arquivos escolares. No quadro a seguir, apresentam-se os decretos criados para instituir o SPdoc, no qual é possível identificar que em determinados períodos ocorreram desaceleração, em função das prioridades dos governadores para regulamentá-lo e implantá-lo na administração pública de São Paulo.

Ano	Decreto	Fonte: Política Pública de Arquivos e Gestão Documental do Estado de São Paulo. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010.
1984	Nº 22.789 de 19 de outubro	Institui o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP
1989	Nº 29.838 de 18 de abril	Dispõe sobre a constituição da Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo nas Secretarias de Estado...
2004	Nº 48.897 de 27 de agosto	Dispõe sobre os Arquivos Públicos, os documentos de arquivo e sua gestão, os Planos de Classificação e a Tabela de Temporalidade....
2004	Nº 48.898 de 27 de agosto	Aprova o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do ESP: Atividades-Meio...
2006	Nº 51.286 de 21 de novem bro	Altera a redação do Decreto 48.897.... Define normas para a avaliação, guarda e eliminação de documentos de arquivo.
2009	Instrução Normativa APE/SAESP – 1 de 10 de março	Estabelece diretrizes e define procedimentos para a gestão, a preservação e o acesso continuo aos documentos arquivísticos digitais da Administração Pública Estadual Direta e Indireta.
2009	Nº 54.276 de 27 de abril	Reorganiza a Unidade do Arquivo Público do Estado, da Casa Civil, e dá providências correlatas.
2010	Nº 55.479 de 25 de fevereiro	Institui na Casa Civil, Comitê Gestor do Sistema Informatizado Unificado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações – Spdoc e dá providências correlatas.

Em São Paulo, o decreto estadual n. 58.052, de 16 de maio de 2012[8], regulamentou a lei federal de acesso à informação, de 2011, do qual destacamos para gestão e difusão do acervo público, os artigos a seguir:

> [...] Artigo 2º - O direito fundamental de acesso a documentos, dados e informações será assegurado mediante: I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; II - implementação da política estadual de arquivos e gestão de documentos; III - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações; IV - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; V - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública; VI - desenvolvimento do controle social da administração pública. Artigo 3º - Para os efeitos deste decreto, consideram-se as seguintes definições: I - arquivos públicos: conjuntos de documentos produzidos, recebidos e acumulados por órgãos públicos, autarquias, fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, empresas públicas,

[8] SÃO PAULO (Estado). Decreto estadual nº 58.052, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações e dá providências correlatas. http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/dg280202.nsf/5fb5269ed17b47ab83256cfb00501469/0d8cf8dcbd4ef45f83257a010046ef75?OpenDocument Acesso em 16 ago. 2017.

> sociedades de economia mista, entidades privadas encarregadas da gestão de serviços públicos e organizações sociais, no exercício de suas funções e atividades; [...]

Em 2014, o decreto estadual [9] n. 60.145, de 11 de fevereiro, que dispõe sobre o recolhimento de documentos de guarda permanente, produzidos e acumulados pelos órgãos e entidades da Administração Pública estadual direta, indireta e fundacional, para a Unidade de Arquivo Público do Estado - APESP, da Casa Civil, no artigo 2º, inciso I, requeria que "documentos produzidos e acumulados até 31 de dezembro de 1940" deveriam ser recolhidos ao APESP e até 31 de março de 2014. Percebam que o governo estipulou o prazo de praticamente 30 dias para essa atividade. As direções de escolas técnicas do Centro Paula Souza receberam ofício com esse decreto e determinação, emitido pelo coordenador do CADA – Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo – na instituição. Imediatamente, professores que atuam em Centros de Memória ficaram alarmados, por terem consciência do valor histórico dos documentos de arquivos escolares permanentes que se encontram nesse espaço, principalmente, as escolas centenárias.

Como coordenadora de projetos de Memórias e História da Educação Profissional, na Cetec, nos posicionamos contra esse recolhimento nesse momento, principalmente, devido à instituição não ter definido um plano de classificação de documentos institucional e tabela de temporalidade de atividades fins. Posteriormente, identificamos que o APESP [10] não teria espaço suficiente para a guarda de documentos da educação.

A partir de 2014, as capacitações nos Clubes de Memórias foram voltadas para a produção de inventários dos documentos (arquivísticos, bibliográficos e museológicos) e de catálogos [11] para a preservação e a salvaguarda do patrimônio educativo, e a criação de um sistema para o Museu Virtual da Educação Profissional, em desenvolvimento, no *website* institucional (www.memorias.cpscetec.com.br), com metodologia para atuar em rede com as escolas técnicas

[9] São Paulo (Estado). Casa Civil. *Decreto estadual nº 60.145*, de 11 de fevereiro de 2014. Recolhimento de documentos de guarda permanente, produzidos e acumulados pelos órgãos e entidades da Administração Pública estadual direta, indireta e fundacional, para a Unidade de Arquivo Público do Estado de São Paulo, da Casa Civil. http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2014/decreto-60145-11.02.2014.html Acesso em 16 ago. 2017.

[10] Arquivo Público do Estado de São Paulo. *30 anos do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo - SAESP (1984-2014).* Publicado em 23 de novembro de 2015. https://www.youtube.com/watch?v=JTmQHsfZ_1k Acesso em 01 jan. 2018.

[11] Maria Lucia M. de Carvalho. Marcus Granato. A preservação do Patrimônio Cultural da Química e da Dietética no Centro de Memória da Etec Carlos de Campos (SP): a catalogação como instrumento de proteção. In: *IV Seminário Internacional Cultura Material e Patrimônio de C&T*, no MAST, no Rio de Janeiro, em 2016, p. 279-309.

e as faculdades de tecnologia, a fim de preservar e salvaguardar o patrimônio histórico educativo e o patrimônio cultural da ciência e tecnologia da educação profissional.

O *website* institucional, criado pela Unidade de Ensino Médio e Técnico do Centro Paula Souza, em 2009, contribuiu para ampliar essa formação a professores, estudantes e monitores em centros de memória ou acervos escolares.

REFERÊNCIAS

ALVES, Julia Falivene. Historiografia das Mais Antigas Escolas Técnicas Estaduais do Estado de São Paulo. **Revista Synthesis**, Centro Paula Souza, n. 5, out, 31- 38. 1998.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (org.). **Cultura, Saberes e Práticas**. Memórias e História da Educação Profissional, São Paulo, Centro Paula Souza, 2011.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (org.). **Patrimônio, Currículos e Processos Formativos**. Memórias e História da Educação Profissional. Centro Paula Souza. São Paulo: Imprensa Oficial, 2013.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (org.). **Patrimônio Artístico, Histórico e Tecnológico da Educação Profissional**. Centro Paula Souza. São Paulo: Imprensa Oficial, 2015.

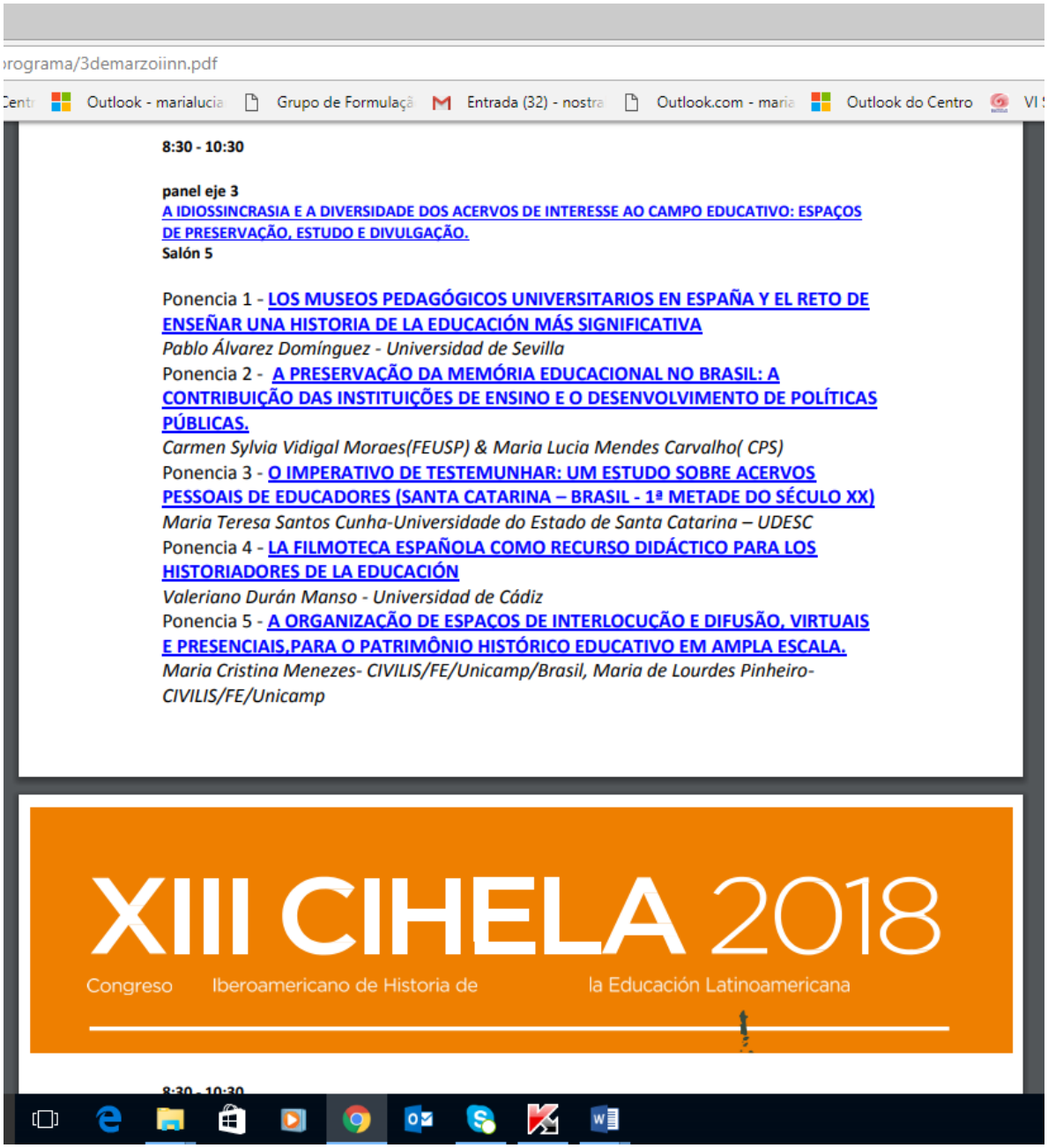
CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (org.). **Coleções, Acervos e Centros de Memória.** Memórias e História da Educação Profissional. Centro Paula Souza. São Paulo: Imprensa Oficial, 2017.

MORAES, Carmen Sylvi. Vidigal. ALVES, Julia Falivene. (orgs.). **Contribuição à Pesquisa do Ensino Técnico no Estado de São Paulo**: Inventário de Fontes Documentais. São Paulo. Centro Paula Souza, p. 63-81, 2002a.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. ALVES, Julia Falivene. (orgs.). **Álbum Fotográfico**. Escolas Profissionais Públicas do Estado de São Paulo. Uma história em imagens. 2002b.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. ZAIA, Iomar. Arquivos escolares e pesquisa histórica: novas fontes para o estudo do ensino técnico no Estado de São Paulo. In: NASCIMENTO, Adalson. CHAMON, Carla Simone. **Arquivos e História do Ensino Técnico no Brasil** (orgs.). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013. p.47-73.

SOUZA, Maria Cecília Cortez. MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. Zaia, Iomar. A contribuição da universidade para a preservação da memória educacional. **Revista de História**, n. 164, jan.-jun., 2011, pp. 373-391.



Fonte: http://www.sitioftp.com/EventosOPC/programa/programa/3demarzoiinn.pdf